



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE TELÊMACO BORBA
Rua Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, 344, Macopa, Telêmaco Borba-PR
(42) 32213200 - e-mail: vdto1teb@trt9.jus.br

A Doutora **CAMILA GABRIELA GREBER CALDAS**, Juíza Titular da Vara do Trabalho de Telêmaco Borba/PR, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, FAZ SABER que o leilão será dividido em duas etapas, sendo que a primeira etapa será encerrada no **dia 27 de Outubro de 2026, a partir das 10h00min**, podendo os bens serem vendidos somente pelo valor da avaliação e a segunda etapa do LEILÃO será encerrada no **dia 27 de Outubro de 2026, a partir das 14h00min**, não podendo os bens serem vendidos pelo preço vil (Artigo 891 do CPC), que se realizará de forma ONLINE, junto ao site: www.jeileiloes.com.br. OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeileiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeileiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances, pelo Leiloeiro Oficial, somente na modalidade eletrônico, os bens penhorados nos processos a seguir relacionados:

05. PROCESSO: 0000543-45.2026.5.09.0671 (PJe) – Carta Precatória extraída dos autos nº 0010499-51.2025.5.03.0101, oriundo da 2ª Vara do Trabalho de Passos-MG.

EXEQUENTE: DIONES GONCALVES VINUTO – (CPF/MF SOB Nº 066.466.086-01)

ADV. EXEQUENTE: CLAUDIA JUNIA DE ALVARENGA RIBEIRO – OAB/MG 119.581

EXECUTADO(1): FERPAL TERRAPLANAGEM LTDA (CNPJ/MF SOB Nº 00.233.731/0001-87)

EXECUTADO(2): RIO VERDE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ/MF SOB Nº 47.769.120/0001-11)

ADV. EXECUTADOS: JOAQUIM VAZ DE LIMA NETO – OAB/SP 254-914

- **PROCESSO:** 0000485-42.2026.5.09.0671 (PJe) – Carta Precatória extraída dos autos nº 0011849-14.2024.5.03.0100, oriundo da 2ª Vara do Trabalho de Montes Claros-MG.

EXEQUENTE: WILTON SANTOS SILVA – (CPF/MF SOB Nº 075.212.656-37)

ADV. EXEQUENTE: FILLIPE ANDRE SOUZA FREITAS – OAB/MG 119.584

EXECUTADO(1): FERPAL TERRAPLANAGEM LTDA (CNPJ/MF SOB Nº 00.233.731/0001-87)

- **PROCESSO:** 0000737-45.2026.5.09.0671 (PJe) – Carta Precatória extraída dos autos nº 0010500-36.2025.5.03.0101, oriundo da 2ª Vara do Trabalho de Passos-MG.

EXEQUENTE: MAICON DE OLIVEIRA BUENO – (CPF/MF SOB Nº 099.456.086-90)

ADV. EXEQUENTE: CLAUDIA JUNIA DE ALVARENGA RIBEIRO – OAB/MG 185.272

EXECUTADO(1): FERPAL TERRAPLANAGEM LTDA (CNPJ/MF SOB Nº 00.233.731/0001-87)

EXECUTADO(2): RIO VERDE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ/MF SOB Nº 47.769.120/0001-11)

ADV. EXECUTADOS: JOAQUIM VAZ DE LIMA NETO – OAB/SP 254-914

BEM: 01 (uma) escavadeira hidráulica Caterpillar 2014 – CAT3035EERKY02336, em bom estado de funcionamento.

DATA DA PENHORA: 14 de maio de 2026, conforme auto de penhora de fls.19 (ID 6c1ef6a).

AValiação DO BEM: R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme auto de avaliação de fls.19 (ID 6c1ef6a), realizada em 14 de maio de 2026.

ÔNUS: Penhora autos nº 0001164-55.2025.5.09.0678.

- conforme determinado, nos bens penhorados neste processo não será aceito lance inferior a 50% do valor da avaliação (Artigo 891 do CPC).

DEPOSITARIO: ANDRE GUSTAVO FERNANDES

Endereço: Rodovia do Papel, PR 160, KM 22, Telêmaco Borba

Os honorários do Leiloeiro, que serão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, e despesas respectivas, serão suportados pelo arrematante; em caso de adjudicação, a comissão será de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser paga pelo adjudicante.

Havendo o pagamento da execução ou formalização de acordo, caberá à parte executada o pagamento de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro e comissão, salvo se protocolada a petição, acompanhada dos comprovantes de pagamento das custas e demais despesas processuais em até 05 dias úteis anteriores à data do leilão. Nesse caso, fica assegurada ao leiloeiro a remuneração apenas das despesas havidas e comprovadas, sendo indevidos honorários (OJ EX SE - 04 deste E. TRT).

NÃO SERÃO ENCAMINHADOS PARA ANÁLISE pedidos de remissão ou de homologação de acordo desacompanhados dos comprovantes de depósito.

Em casos de pagamento do débito ou formalização de acordo, o leilão somente será suspenso, mediante comprovação do pagamento de TODAS as despesas processuais e recolhimento das contribuições previdenciárias, se houver (artigo 204 do Provimento Geral da Corregedoria deste E. TRT). Em assim não ocorrendo, haverá o leilão para a satisfação das mesmas.

Na hipótese de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a realização da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicante.

Consigno que, nos termos do artigo 895 do CPC, a arrematação com pagamento parcelado no caso de Imóvel, será deferida desde que o lance não seja inferior ao da avaliação e seja realizado depósito de, pelo menos 25% do valor, à vista. Não havendo outros licitantes (o que deve ser comprovado pelo leiloeiro juntamente com a proposta de arrematação) o pedido de parcelamento diferente do legalmente previsto será analisado pelo Juízo, nos termos do artigo 215 do Provimento Geral da Corregedoria deste E. TRT.

Consigno que, nos termos do artigo 895 do CPC, a arrematação com pagamento parcelado (bem móvel), será deferida desde que seja realizado depósito de, pelo menos 40% do valor, à vista, e o restante será pago em, no máximo, 06 (seis) parcelas, cujo pagamento será garantido pelo próprio bem. Não havendo outros licitantes (o que deve ser comprovado pelo leiloeiro juntamente com a proposta de arrematação) o pedido de parcelamento diferente do previsto será analisado pelo Juízo.

O prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios, como embargos ou recursos, começará a fluir a partir do primeiro dia útil após a realização da hasta pública, independentemente de intimação.

Caso os exequentes, executados, credores hipotecários, cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão, da data de Praça e Leilão, quando da

expedição das intimações respectivas, valerá o presente como Edital de INTIMAÇÃO DE PRAÇA E LEILÃO.

Por ordem da Doutora **CAMILA GABRIELA GREBER CALDAS**, Juíza Titular da Vara do Trabalho de Telêmaco Borba/PR, eu, Jorge Vitorio Espolador - Leiloeiro, conferi e subscrevi o presente edital.

TELÊMACO BORBA, 23 de setembro de 2026.

JORGE VITORIO ESPOLADOR

Leiloeiro Oficial

Matrícula 13/246-L.